**ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CUIDADO À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ATENDIDAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CREAS) UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

**TÂMILA MIKAELLE DA SILVA**

**RESUMO**

Podemos considerar o fenômeno violência como um problema social, esta se constitui como elemento estrutural na organização da sociedade, desencadeando-se por diversos motivos. Neste artigo, focaremos no tema violência doméstica contra a mulher, que ocorre historicamente devido visões conservadoras machistas hierarquizadas e alimentadas em nosso meio. Como resultado de uma ideologia de dominação do homem, tal ação transforma diferenças em desigualdades de forma hierarquizadas, visando dominação, exploração e opressão. Estudamos o fazer psicológico diante desta violência, realizando assim uma pesquisa de caráter qualitativo, trazendo como instrumento metodológico neste processo, a coleta de dados por meio de pesquisas bibliográficas em sites acadêmicos e livros. Tal pesquisa trás como objetivo geral analisar como é construído o fazer psicológico no cuidado as mulheres vítimas de violência doméstica que buscam os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) e como objetivos específicos compreender o processo histórico da mulher na sociedade, compreender o papel do Psicólogo diante da violência doméstica, analisar as principais técnicas utilizadas pelo profissional de Psicologia na atuação no CREAS, analisar a potência da Psicologia para o enfrentamento da violência. Este trabalho insere-se no eixo de deslocamentos clínicos e saúde, contribuindo com estudos relacionados à atuação do Psicólogo em Políticas públicas de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência doméstica. fazer psicológico. Psicologia. CREAS.

**1.INTRODUÇÃO**

1.INTRODUÇÃO

Sabemos que a violência é um problema social, desencadeada por diversos motivos e sendo expressa de diferentes formas. Especialmente, esse trabalho tratará da violência contra a mulher, tema de grande importância e relevância ainda nos dias de hoje. Cotidianamente ouvimos notícias referentes a episódios de agressões contra a mulher, onde os protagonistas destes, agem como tivessem direitos sobre essas mulheres. Acredito que a violência é um fenômeno social, marcada por uma ação que utiliza força física além do necessário, causando no indivíduo danos morais e invadindo sua integridade física e psicológica. Entre suas formas, encontramos a violência doméstica praticada no âmbito da família, podendo ser de forma explícita ou velada.

Tal tema cada vez mais ganha repercussão em programas de televisão, redes sociais, entre outros meios de comunicação que trazem noticiários referentes à exploração do homem frente a mulher por meio de agressão física e psicológica, casos de assassinatos, negligências, entre outros. Tais casos, nos fazem focar na violência doméstica contra a mulher, buscando assim formas para combatê-la. Como exemplo da repercussão deste assunto em nossos dias podemos trazer o tema proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio(ENEM) de 2015: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, que gerou reflexões por parte dos candidatos e boa parte da população a respeito do feminismo e a prática da violência contra a mulher. Dentre as discussões sobre o tema proposto, pudemos por maior visibilidade na Lei Maria da Penha sancionada em 2006 e considerada marco significativo no combate a prática da violência doméstica.

Além do mais, tal interesse pelo tema surgiu em virtude de um estágio realizado no Centro De Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) da cidade de Santana do Acaraú, que por mais que não tenha realizado atendimento individual, pude por intermédio de conversa informal com algumas usuárias do serviço que se sentiam à vontade para conversar, constatar que as mesmas traziam como consequências das agressões físicas praticadas por seus parceiros, um sofrimento psíquico, marcado por baixa auto estima em relação ao seu ser, de certa forma aceitando essas agressões por não terem condições financeiras de sustentar a família, por se acharem incapazes de tomar novos rumos para suas vidas. Também mim vem à memória a naturalização dessa dominação por parte destas mulheres, em que algumas deixavam claro que era mulher por isso aceitava tais condições impostas pelo companheiro, sendo visível que as mesmas foram ensinadas a agirem assim. Em virtude disso, por meio de tal experiência fui instigada a buscar conhecer o que realmente consistia a prática da violência contra a mulher, e o que levam essas mulheres a procurar tal política pública e principalmente buscar entender o fazer do psicólogo e os desafios encontrados ao trabalharem com essas mulheres.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social faz parte das políticas públicas de assistência, onde segundo o Conselho Federal de Psicologia, é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Assim, considero fundamental para entender o fenômeno da violência doméstica, problematizar, estudar, desconstruir a visão sobre as mulheres e as relações da violência. Historicamente ao pensar sobre o poder de dominação e superioridade do homem face a mulher, Savedra e Nogueira (2006, p.117), afirmam que as mulheres geralmente eram vista pelo polo oposto: dependentes, subjetivas, passivas e ilógicas. E é a partir desse papel do homem como ser superior que nos podemos entender todas as vértices de submissão impostas às mulheres desde a dominação pelo pai e após o casamento pelo marido, bem como todos estereótipos criados levam a mulher a uma espécie de confinamento envolta de deveres maternos.

Este processo se deu por intermédio de disputas de poder, onde entra nesse contexto o patriarcado, que para Macdowell e Izumino(2005), é um sistema de ideológico, econômico e de organização onde a mulher é vista como vitimada pelo controle social masculino. Por mais que a sociedade tenha passado por modernidade e afirmem igualdade entre todos os indivíduos, o mesmo ainda encontra-se embutido no meio social, podendo assim em alguns casos surgir vítimas de violência doméstica, ou seja, as mulheres tornavam-se membros de uma esfera privada, em que o homem exerce uma dominação simbólica sobre a sociedade.

Em busca de uma recriação de como a sociedade ver os papéis do homem frente a mulher, não seguindo modelos hierarquizados, no século XIX surgiu o movimento feminista como forma de reconhecer as relações entre os gêneros, tirando tais mulheres do anonimato, dando –as voz na busca pelo fim da dominação masculina. Onde através do acúmulo desse movimento, surge a Lei Maria da Penha.

Reconhecendo esses cenários de vulnerabilidade e luta por direitos, trago especialmente como pergunta de partida desse estudo, como é construído o fazer psicológico no cuidado às mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS). Temos uma realidade cruel expressa em números. Nos estudos de Narvaz e Koller(2006, p.8):

No Brasil, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a violência doméstica; a cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantêm relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

Sendo assim, buscarei entender a atuação do profissional de Psicologia em tal política pública, no sentido de pensar sobre o que fazemos, como estamos fazendo e o que podemos fazer. Trago como objetivo geral da pesquisa, analisar como é construído o fazer psicológico no cuidado as mulheres vítimas de violência doméstica que buscam os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) e como objetivos específicos compreender o processo histórico da mulher na sociedade, compreender o papel do Psicólogo diante da violência doméstica, analisar as principais técnicas utilizadas pelo profissional de Psicologia no cuidado a essas vítimas, analisar a potência da Psicologia para o enfrentamento da violência.

O presente estudo justifica-se mostrando a importância da Psicologia, junto as vítimas de violência doméstica no qual o Psicólogo desenvolve um trabalho extremamente relevante no cuidado as vítimas no contexto de violência. O profissional de Psicologia trabalhará bem além do acolhimento, buscando compreender a construção do sujeito e sua relação com o meio social, onde sua atuação faz-se necessário no conjunto de intervenções para o enfrentamento da violência. Esperamos com a realização deste artigo, compreender o fazer psicológico diante do cuidado as vítimas de violência doméstica, nos proporcionando assim um grande aprendizado enquanto futuros profissionais, bem como ampliação de conhecimentos teóricos e práticos acerca do tema proposto.

**2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Podemos considerar pesquisa como a busca de conhecimentos, procurando assim respostas para indagações propostas. Para Prodanov(2013, p.44):

Pesquisa é, portanto um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para solucioná-lo.

Minayo (2011,p.17) amplia o sentido do ato de pesquisa ao afirmar que a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”, e ao vincular ação, pensamento, afeto e postura possibilita um processo formativo mais engajado e próximo da realidade.

O tipo de estudo a ser desenvolvido será à pesquisa bibliográfica, que utiliza quando o assunto implica análise de publicações, para evidenciar sua frequência, regularidade, tipos, assuntos analisados, metodologia empregada, em textos (LEOPARD, 2002).

O estudo bibliográfico é elaborado com base em material que já foi publicado. Esta forma de estudo abrange material impresso, como livros, revistas, teses, dissertações, jornais e anais de eventos científicos. Por conta da disseminação de novas formas de informação, estas pesquisas vieram a incluir outras formas de fontes, como discos, CDs, fitas magnéticas e materiais acessíveis pela internet (GIL, 2010).

Será então realizada uma investigação bibliográfica envolvendo as produções relacionadas ao assunto estudado, através de um levantamento na Eletrônicas Scientific Eletronic Library Online(Scielo), Portal Capes, entre outras fontes de dados. Os dados foram colhidos no período de Maio à Agosto de 2016.

Para a seleção do material a ser utilizado nesta pesquisa bibliográfica foram utilizados os seguintes descritores: Violência doméstica, Psicologia e CREAs, possuindo os seguintes aspectos: artigos que abordem a temática proposta e possuam dados consolidados e aprovados. Sendo excluído assim da pesquisa documentos e artigos incompletos, documentos e artigos fora do tema pesquisado.

Após a seleção esses documentos e artigos foram impressos para a leitura atenta sempre percebendo os que estão enquadrados na temática e que contemplem o objetivo inicial proposto neste trabalho cientifico.

**3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

O fenômeno violência é uma questão social presente durante toda a história da humanidade, não escolhendo lugar para manifestar-se. Apresenta-se de diversas maneiras como violência física, psicológica, intrafamiliar entre outras. A mesma configura-se pelo uso de força física ou palavras, ou até mesmo ao impedir alguém de tomar decisões ou expressar-se. Para Minayo e Souza(1998, P.522) “a violência é um fenômeno histórico, quantitativa e qualitativamente, seja qual for o ângulo pelo qual o examinemos(conteúdo, estrutura, tipos e formas de manifestação).” Ou seja, toda violência é marcada por contradições entre privilegiados e oprimidos, desvalorizados e os que sofrem devido desigualdades sociais.

A violência é um fenômeno concreto, ocorrendo de forma específica. Podendo conceituar-se pelo:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p.5).

Dentre as diversas manifestações de violência, focaremos na violência doméstica contra a mulher. Esta na maioria dos casos não é visível e por algumas vezes causa nas vítimas vergonha, medo por essas mulheres acharem-se fracas, devido apoio econômico em que são beneficiadas pelo companheiro ou até mesmo pela falta de informações à respeito de receberem apoio judicial por intermédio de lei, se tornarem público esses casos de violência.

As relações de violência são construídas a partir da educação recebida e o lugar desigual que a mulher ocupa tem relação com a forma como foram criadas, com a imagem de fragilidade, a exigência de dedicação ao lar e de aceitação compulsória dos destinos a elas impostos.

A violência doméstica representa toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família( Saliba;Garbin et al. 2007).

Ou seja, tal violência contra a mulher não ocorre somente em um único episódio e sim é mais frequente do que podemos imaginar, pois na maioria dos casos as vítimas tentam de variadas formas esconder que está sofrendo agressões por parte de seu companheiro ou são coagidas a emitirem tal comportamento.

Entre as formas que a violência doméstica pode ser dividida, podemos citar a violência física, que para o Ministério da Saúde, 2001, ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas ou externas.

A violência física pode ser considerada a mais perceptível, deixando traumas, pois envolve o bater, abalando emocionalmente a vítima. Já a violência psicológica:

É toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante freqüente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. (Brasil, 2001,p.20)

A violência psicológica dificilmente é percebida, pois não deixa marcas visíveis no corpo, mas em alguns casos trás um grande sofrimento, podendo levar a vítima a sentir-se desvalorizada, podendo fazer com que as mesmas desenvolvam ansiedade e consequentemente o adoecimento. Ou seja, essa vítima necessitará de um apoio profissional, onde entra a atuação do Psicólogo.

As vítimas de violência doméstica que tornam público esses casos, geralmente buscam apoio nos Centro De Referência Especializado de Assistência Social(CREAS). Para Lima,2011, a atuação do Psicólogo pode dar se em quaisquer dos níveis de proteção e se perfaz como uma prática que desafia a classe por exigir base na visão crítica da Assistência Social.

Para Barsted e Pitanguy(2011, p.347); considerada como a discriminação que afeta mais seriamente a qualidade de vida das mulheres, essa violência gera insegurança e medo, além de sofrimentos físicos, mentais, sexuais, coerções e outras formas de privação do direito à liberdade.

O fenômeno violência trás diversos agravos em relação as mulheres vítimas, comprometendo seu desenvolvimento pleno, social e até mesmo econômico. Os casos de violência doméstica devem ser tratados de forma delicada, pois suas consequências podem permanecer junto às vítimas por muito tempo. Assim, o profissional de Psicologia não realizará somente um acolhimento á vítima, mas deverá mostrar-se compreensivo, criar um vínculo com o cliente, fazendo com que a vítima resgate sua auto estima acobertada durante o período de violência. O Psicólogo deverá realizar uma escuta ativa, levando em conta o cuidado para não julgar as decisões da vítima, fazer com que a vítima não sinta culpa de sofrer violência, auxiliando essas mulheres no que necessitarem.

**3.1 HISTÓRIA DA MULHER E SUAS CONQUISTAS NA SOCIEDADE**

Comumente conseguimos perceber a desvalorização da mulher no ambiente doméstico, contudo é preciso atentarmos também para sua tentativa de anulação na participação no espaço público e nas decisões no meio social.

Em virtude da busca por um lugar de igualdade na sociedade, as mulheres iniciaram suas reinvindicações, visando grandes avanços em relação ao seu papel na sociedade.

O século XIX foi marcado por importantes mudanças na estrutura antes imposta na vida das mulheres. Surgia na época da Revolução Francesa, o movimento feminista. Para Alves e Pitanguy(1991) este movimento buscava reconhecer as relações assimétricas existentes entre os gêneros, em que os indivíduos sejam homem ou mulher, não deve adaptar-se a modelos hierarquizados, ou seja, homens e mulheres não possuem qualidades distintas, pois eram considerados seres humanos, visando sua totalidade. De acordo com tais autores, o feminismo “procurou em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo” (ALVES E PITANGUY,1991, P.8).

Ou seja, por intermédio do Movimento Feminista que cada vez mais ganhava força, foram surgindo diversas organizações onde essas mulheres feministas que lideravam esse movimento eram as responsáveis por organizar e realizar campanhas, com objetivo de lutar pela igualdade de direito das mulheres sempre reivindicando maior acesso às mulheres em movimentos sociais e políticos

Concordando com Alves; Pitanguy ( 1991, p.9 ) :

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados e onde as qualidades femininas ou masculinas sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

Trazendo assim o ser humano seja homem ou mulher, como apto a desenvolver sentimentos sem constrangimentos entre ambos os sexos, onde para isso não se traduza relações de poder.

Na França, este século foi marcado por revoluções onde a mulher participou ativamente dos processos revolucionários ao lado do homem, expandindo conquistas políticas ao sexo feminino. “É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. (...) o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher” (ALVES E PITANGUY,1991, p.32 ).

Estando de acordo com Alves e Pitanguy(1991, p. 41) quando trazem que ‘‘através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reinvindicações na esfera pública.” Em virtude disso, faz parte da história das lutas das mulheres, o dia 8 de Março proclamado o Dia Internacional da Mulher, referente ao protesto realizado em 8 de Março de 1857, pelas operárias da indústria têxtil de Nova Iorque que reivindicavam melhores salários e jornada de trabalho de doze horas. Tal movimento repetiu-se 51 anos depois trazendo denúncias de condições degradantes de trabalho e exigindo proteção para os trabalhos executados por menores, além de reivindicarem o direito ao voto.

A luta pelo voto feminino no Brasil não teve as características de movimento de massas como ocorreu no Estados Unidos e na Inglaterra. Iniciou-se bem mais tarde em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda , no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembléia Constituinte de 1891. (ALVES E PITANGUY, 1991, p. 47 )

Como consequência das reivindicações femininas, esta conquista foi alcançada em dez Estados brasileiros antes que em 1932, o presidente Getúlio Vargas promulgasse por decreto-lei o direito das mulheres ao voto. Ou seja, nos anos 1930 e 1940, as reivindicações trazidas pelas mulheres já tinham sido atendidas, elas já podiam votar, estudar em instituições educacionais e já havia adentrado no mercado de trabalho.

Além do direito ao voto, podemos apontar como outra conquista do movimento a criação das delegacias da mulher, que se institui como política pública de segurança e um dos principais símbolos do combate à impunidade a violência contra as mulheres( MACDOWELL E IZUMINO,2005). Ainda segundo as autoras, as delegacias das mulheres são resultados de muitas discussões e estratégias de enfrentamento para “dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas”(pg.1)

Com outro acúmulo do movimento feminista, surge no Brasil a lei 11.340 de 2006, Lei Maria da Penha, que de acordo com o artigo 1º “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.” Para Pasinato(2010,p. 221):

A aprovação desta lei representou um marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social no Brasil, resultado de um processo que ganhou força a partir dos anos 1970, com intensa participação dos movimentos de mulheres e feministas lutando pela conquista da cidadania para todos, mas com respeito pelas diferenças de gênero.

De acordo com o observatório Observe, a Lei 11.340/2006 Lei Maria da Penha:

Transforma o ordenamento jurídico brasileiro e expressa o necessário respeito aos direitos humanos das mulheres e tipifica as condutas delitivas. Além disso, essa lei modifica, significativamente, a processualística civil e penal em termos de investigação, procedimentos, apuração e solução para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.(OBSERVE,2015,S/N)

Por meio da Lei Maria da Penha, foram preservadas muitas vidas, pois muitas mulheres em situação de violência começaram a denunciar esses agressores, recebendo proteção, fortalecendo assim sua auto estima, pois estão sendo apoiadas por intermédio da justiça.

**4. O FAZER PSICOLÓGICO DIANTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- O QUE TEM SIDO FEITO E AS EXPERIÊNCIAS POSSÍVEIS**

**4.1 SUAS(Sistema Único de Assistência Social) E CREAS**

Criado a partir da Política de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social(SUAS) é organizado em dois níveis de proteção; a Proteção Social Básica(PSB) e a Proteção Social Especial(PSE), onde esta última “destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.”(Brasil,2012, p.20)

O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. No SUAS os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção. (MDS, p.03)

Em virtude disso, os casos de violência doméstica são encaminhados e atendidos na Proteção Social Especial, ‘‘nesse contexto, a proteção social especial tem por direção: a) proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo a que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social; b) monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; c) desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais.’’(MDS,p.03) Sendo assim, essas vítimas são acolhidas nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) que para o Conselho Federal de Psicologia (2012,p.20) é unidade pública pertencente ao Estado e que abrange municípios ou regiões buscando constituir-se em lócus de referência, territórios, ofertas de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos que vivem em situações de risco pessoal ou social, por seus direitos terem sidos violados.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social, deve se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos.(MDS,p.04)

Nesta perspectiva, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitose movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação das ações, inclusive as intersetoriais.(MDS,p.05)

Podemos considerar que a assistência social no Brasil até a Constituição de 88 não era considerada como política pública. Para o Conselho Federal de Psicologia(2012 apud Pereira,2007) apesar de existir desde o Brasil Colônia, por meio de ações de amparo e da filantropia aos abandonados, a sua ação era pautada por “valores e interesses que se confundiam com dever moral, vocação religiosa ou sentimento de comiseração.” Ou seja, no período da República, a assistência social era vista nos processos de higienização pública, seguido na década de 70 por um modelo estratégico de aproximação de lideranças políticas e comunitárias na construção de obras sociais.

Com a promulgação em 1988 da Constituição Federal vigente a Assistência Social passa a figurar como política pública não contributiva, ao lado da saúde e da previdência, configurando um paradigma centrado na noção de cidadania: direito de todos os cidadãos que dela necessitam.(Brasil,2012, p.30)

Já na década de 90, mesmo com a retração do Estado, um amplo movimento nacional em favor da implementação da política de Assistência Social, impulsionando a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no ano de 1993, onde tal lei vem regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, visando criar condições para a institucionalidade da Assistência Social como política de garantia de direitos em nosso país. Brasil(2012,p.30). Mas somente em 2004,por intermédio da organização da política em forma de Sistema Único de Assistência Social e que foram organizados os programas, projetos, benefícios e serviços visando a territorialização para sua implementação .

Trazendo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) como política pública responsável pela proteção social especial, onde focamos no atendimento a mulheres vítimas de violência, o mesmo é composto por um sistema de Garantia de Direitos(SGD), onde nesta composição há órgãos judiciais, defensorias públicas, políticas, conselhos tutelares, ouvidorias, conselhos de direitos, setoriais e que articula as políticas públicas.(Brasil,2012.p.33) Ou seja, “os fenômenos sociais que perpassam os sujeitos que chegam ao CREAS não são prerrogativas de população pobres. A violação de direitos, o agravamento de situações de risco pessoal e social, o afastamento do convívio familiar, a fragilização ou rompimento de vínculos e a violência intrafamiliar ou doméstica acontecem em todas as classes sociais.”(BRASIL,2012,p.33)

Sendo o trabalho no CREAS de natureza interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, consideramos que é um compromisso ético do Psicólogo no CREAS contribuir para melhorar os fluxos e a articulação das instituições que compõem o SGD[...](BRASIL,2012,p.33)

Na prática profissional do Psicólogo sempre deve existir um posicionamento político, onde não existe parcialidade, nem neutralidade. O posicionamento ético se coaduna com a institucionalidade da psicologia como profissão que leva em consideração a relevância dos direitos humanos para o exercício da cidadania e da atividade profissional de Psicólogos. Brasil(2012,p.32) “Referendado por nosso código de ética, a reflexão sobre a prática da(o) psicólogo(a) no CREAS deve permitir a constante revisão de seus posicionamentos diante das situações e dilemas com as quais vai se defrontar no exercício de seu trabalho cotidiano.”(BRASIL,2012,p.36)

Os psicólogos que atuam no CREAS encontram diversos desafios relacionados à dimensão ético- política, onde podemos elencar as questões relacionadas ao princípio ético do sigilo e realização de atividades não competentes ao CREAS, porém, “torna-se importante afirmar que o atendimento psicossocial realizado nos Centros de Referência também tem um efeito terapêutico na medida em que busca a compreensão do sofrimento de sujeitos e suas famílias nas situações de violação de direito e visa a promoção de mudança, autonomia, superação.” (BRASIL,2012,p.39)

Para o Conselho Federal de Psicologia(2012,p.39), um posicionamento ético político do psicólogo no CREAS passa por processos que tratam de incentivar, fortalecer e articular os serviços com a rede que acolherá o público encaminhado. A atuação do psicólogo nesse serviço trás também potencialidades consideradas exitosas e importantes para o avanço da Psicologia no campo das políticas públicas e da assistência social.

As práticas descritas em relação ao público, à equipe, aos gestores, à rede, à média e sociedade em geral, envolvem trabalhos com grupos variados de famílias, jovens e pessoas atendidas, formação da equipe, supervisão de casos, parcerias com universidades, modalidades inovadoras de visita familiar e de busca ativa, construção de fluxos de encaminhamentos, entre outras; enfim uma diversidade quase tão grande, quanto o número de psicólogas(os) que trabalha no CREAS.(BRASIL,2012,p.41)

Podemos assim considerar que esse exercício da Psicologia na Assistência Social, trás consigo desafio, mas também oportunidades de criação para trabalhar-se em políticas públicas.

**5.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, o Psicólogo que trabalha no CREAS em sua prática como profissional, deve revisar seus posicionamentos em relação as situações e os dilemas em que o mesmo defrontará cotidianamente ao exercer seu trabalho, bem como saber lidar com os desafios presentes nesta prática como o uso dos princípios de sigilo, divulgação de informações em reuniões de estudos de caso, realização de atividades que não estão entre as competências do CREAS e articulação com a rede de saúde e outras políticas e instituições.

Ou seja, a atuação do Psicólogo nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social(CREAS) são de fundamental importância, já que o Psicólogo busca acolher esses usuários, favorecendo suas potencialidades, trabalhando suas subjetividades, buscando resgatar a auto estima desses usuários, principalmente vítimas de violência doméstica, utilizando nesse processo uma escuta qualificada, além de compartilhar sentimentos, concretizando a busca por consolidar a dignidade e identidade dos usuários do serviço.

**6.REFERÊNCIAS**

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARAÚJO, M. de F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** Disponível em: <http://psicolatina.org/14/genero.html>

BARSTED, L. L. ; PITANGUY , J. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU mulheres 2011

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em : <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA **Referências técnicas para prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS/ Conselho Federal de Psicologia**- Brasília, CFP,2012.58p. Disponível em : [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)

GOMES, N. P. ;DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. de S.; COELHO,T. M. de F. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.** Acta Paulista de Enfermagem, vol.20, num 4, octubre-diciembre,2007,pp.504-508 Escola Paulista de Enfermagem São Paulo, Brasil Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-21002007000400020

KRUG, E. G. et al.(Org) **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Geneva: Organização Mundial de Saúde,2002

LIMA, F.F. **Psicólogos e CREAS: Breve introdução** , Abril,2011 Disponível em : <https://psicologado.com/psicopatologia/saude-mental/psicologos-e-creas-breve-introducao>

MACDOWELL,C. S. & IZUMINO,W. P. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.** Disponível em : <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>

MINAYO, M. C. DE S. e SOUZA, E. R. de :**Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.’** História, Ciência, Saúde – Manguinhos, IV(3):513-531, nov. 1997- fev. 1998

MINAYO, C. de S.(Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

NARVAZ, M. G.;Koller, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas Psico V. 37, n.1 pp.7-13, jan/abr. 2006 Disponível em: <file:///C:/Users/Baratao/Dowloads/Dialnet-MulheresVitimasDeViolenciaDomestica-5161476.pdf>

OBSERVE,2015- Observatório Lei Maria da Penha disponível em: <http://www.observe.ufba.br/> acesso realizado em : 20/11/2015

PASINATO,W. **Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?** Civitas, Porto Alegre, v.10,n.2, p. 216-232,maio-ago.2010 Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484>

PORTO, M. **Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS** Psicologia Ciência e profissão,2006,26(3),426-43 Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3a07.pdf>

PRODANOV, Cleber Cristiano **Metodologia do trabalho científico(recurso eletrônico); métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**/ Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas.-2 ed.- Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAAVEDRA,L. & NOGUEIRA,C.(2006) **Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras.** Memorandum,11,113-127 Disponível em:http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/Is/article/view/18789/13973>

SAFFIOTI,H. I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** São Paulo Perpsc. Vol.3 no.4 São Paulo Oct./Dec.1999 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>

SALIBA,O.; GARBIN,C. A.S.; GARBIN, A.J.I.; DOSSI, A. P. **Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica** Rev. Saúde pública 2007; 41(3): 472-7 Disponível em :http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102007000300021&script=sci\_arttext

SCHRAIBER, L.B.; D’OLIVEIRA, A. F.; JUNIOR, I. F.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR,A.B.; VALENÇA,O.; COUTO,M. T. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil.** Ver. Saúde pública 2007; 41(5): 797-807 Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014>

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. **Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política.** Psicologia Política, vol.11 nº22 pp.247-259.JUL-DEZ.2011 Disponível em : <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=360>